

Ciência Atual

Revista Científica
Multidisciplinar das
Faculdades São José

2013

Volume 1 | Nº 2



FACULDADES
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

Prof. Dr. José Eduardo Pereira Filho

RESUMO

O artigo tem como questão central a análise do processo de globalização em seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos. O objetivo principal é investigar conceitualmente a categoria globalização por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental que permita recuperar conceitualmente o referido processo. Os objetivos específicos são analisar a globalização em um contexto de reestruturação produtiva, de redefinição do papel estado e de financeirização do sistema capitalista e investigar igualmente a globalização em seus aspectos, econômicos, políticos ideológicos e culturais. Constatou-se que a globalização quer entendida enquanto um fundamento fortemente ideológico ou como um processo real e econômico tem sido debatida entre as mais diversas matrizes teóricas e nos mais variados campos acadêmicos. Concluímos que o conceito de globalização é bastante complexo e de difícil sistematização. Existe um permanente conflito entre as abordagens que apontam o fenômeno como um mito, isto é, como se constituindo enquanto ideologia e as análises que priorizam analiticamente o processo real e efetivo de transformações nas esferas produtiva e tecnológica. Em favor desta última perspectiva há os consideram a globalização enquanto um momento de continuidade da modernidade, enquanto outros para os quais os traços originais são tanto e tão relevantes que, se teria, inaugurado um novo período histórico que irão denominar de pós-modernidade. Foi possível apontar alguns consensos que emergem a partir da literatura. De um lado, a ideia de que uma das características centrais do mundo globalizado é o intenso processo de financeirização do capitalismo. Outra convergência relevante é a de que, sobretudo para efeito de análise o fenômeno da globalização não pode ser visto como que dissociando os aspectos ideológicos e políticos dos campos tecnológicos ou econômicos.

Palavras-Chave: globalização, ideologia e reestruturação produtiva

ABSTRACT

The article is the central question the analysis of globalization in its economic, political and ideological. The main objective is to investigate conceptually the category globalization through a literature and documents which will recover conceptually this procedure. The specific objectives are to analyze globalization in the context of productive restructuring, redefining the role of state and financialization of the capitalist system and also investigate globalization in its aspects, economic, political, ideological and cultural. It was found that globalization understood as either a ground or as a highly ideological and real economic process has been debated among the most diverse theoretical frameworks and in various academic fields. We conclude that the concept of globalization is complex and difficult to systematize. There is an ongoing conflict between the approaches that link the phenomenon as a myth, ie as constituting as an ideology and analyzes that prioritize analytically process real and effective changes in production and technological spheres. In favor of the latter view there are consider globalization as a moment of continuity of modernity, while others for which the original features are both relevant and so that would have opened a new historical period that will be called post-modernity. It was possible to identify some consensus emerging from the literature. On the one hand, the idea that one of the central features of the globalized world is the intense process of financialization of capitalism. Another relevant convergence is that, especially for the purpose of analysis the phenomenon of globalization can not be seen as that dissociating the ideological and political aspects of the technological and economic fields.

Keywords: globalization, ideology and restructuring of production

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca destacar algumas abordagens teóricas acerca da globalização que apontam as principais transformações ocorridas na história recente do capitalismo. As abordagens, sobretudo, das ciências humanas, da geografia e da economia, têm feito um uso constante desta noção para compreender e analisar as mudanças que ocorreram na sociedade capitalista a partir dos anos 70 do século passado até a primeira década do presente século.

Grosso modo, seria possível identificar dois campos polares e opostos nas análises sobre a globalização: de um lado, os que a consideram como um mito ou como meramente um produto da ideologia; de outro lado, os que a tomam como fenômeno real e efetivo, que estaria reconfigurando profundamente o capitalismo e, mesmo, estabelecendo uma nova era histórica. Nesta última perspectiva, por exemplo, existem argumentos que consideram a globalização como expressão de uma nova era, qualificada de pós-moderna, sociedade de redes ou do conhecimento, em oposição à sociedade capitalista, moderna. Portanto, as opções em torno de uma ou outra abordagem feitas pelos autores, irão depender, de certo modo, de quais são os aspectos que os pensadores se utilizam para qualificar e compreender o fenômeno. Daí o fato, por exemplo, de uma determinada abordagem encarar a globalização como um fenômeno iniciado nos séculos XV e XVI, enquanto outra destacar a sua origem nas últimas três décadas do século XX.

Outro item complexo acerca da globalização decorre do fato de ser um termo ou uma categoria ao mesmo tempo social e sociológica/acadêmica. Seu uso é encontrado tanto na vida social mais ampla (política, cultura e mídia), como nas esferas acadêmicas. Percebe-se igualmente que o conceito tanto pode adquirir o mesmo significado nos dois campos, quanto ganhar significações completamente distintas.

Em um sentido amplo, os autores analisados consideram que o referido fenômeno deve ser compreendido em seus aspectos econômicos, tecnológicos, culturais e políticos-ideológicos, comportando, portanto uma diversidade de nuances. Contudo, cada autor, em função da sua tradição analítica, destacará determinados elementos e processos ao buscarem compreender o fenômeno da globalização.

As abordagens de Harvey (1992) e Castells (1999), por exemplo, enfatizam a relevância das dimensões tecnológicas para entender as transformações por que passa o capitalismo. O primeiro vai acrescentar também a base econômica como principal instância orientadora do intenso processo de reestruturação produtiva. Neste grupo ainda encontram-se as considerações que apontam que o mundo atual estaria passando por um intenso processo de inovação tecnológica levando a considerar que o presente momento como “pós-industrial” ou “pós-capitalista”. Tais considerações também estão presentes em W. Halal, Scott. Lash, John Hurry e Krishan Kumar.

Sobre os efeitos culturais da globalização podemos destacar os estudos de Roland Robertson (1994) e Mike Featherstone (1996) acerca das conseqüências que a globalização teria na constituição de uma cultura global. Entre os que enfocam os aspectos financeiros e econômicos destacamos Maria Conceição Tavares (1993, 1998) e Wilson Cano (1999).

As análises que privilegiam os fundamentos políticos e ideológicos são apresentadas por Bourdieu (1989, 1998, 2000, 2001), Boaventura Santos (1997, 2002), Chauí (1999), Fiori (1995, 1999, 2000) e Muzio (1999). Tais abordagens tendem associar o processo de globalização ao ideário neoliberal. Os autores deste campo costumam alinhar todo um conjunto de idéias e saberes que, produzidos nos meios acadêmicos, empresariais e midiáticos, contribuem para legitimar o modelo neoliberal, apresentando-o como inevitável.

No presente artigo parte-se do pressuposto de que o fenômeno e/ou processo da globalização, entendida como processo real ou como ideologia, tem influenciado em diferentes níveis, graus e escalas as transformações que ocorreram na sociedade capitalista, e também de modo específico, no interior no setor de telecomunicações em nível mundial e, de modo regional, no processo de privatização ocorrido no Brasil e na Argentina, objeto de análise desse trabalho.

No primeiro momento serão apresentados os autores e argumentos que associam o fenômeno à reestruturação produtiva e tecnológica. No segundo os aspectos econômicos e, por último, os aspectos políticos e ideológicos. Advirta-se, de início, que a referida classificação deve ser tomada com cuidado, uma vez que a maioria dos autores concordaria que a globalização não pode ser entendida se dissociam os aspectos ideológicos e políticos dos tecnológicos e econômicos.

GLOBALIZAÇÃO: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, ESTADO E FINANCEIRIZAÇÃO

Uma das principais abordagens acerca da globalização tem enfatizado a reestruturação produtiva e industrial do capitalismo no final dos anos 60 e início da década de 70 como fator para a explicação do fenômeno.

Para esta perspectiva a lucratividade das organizações empresariais foi atingida por fatores referentes ao próprio funcionamento do modelo fordista e aos seus limites técnicos, que impediram a continuação da valorização do capital com base na ampliação da produtividade. Do mesmo modo, o choque do preço do petróleo e o aumento das taxas de juros nos anos 70 reforçaram as tendências à redução das taxas de lucro. O fenômeno da globalização e a formação de uma nova fase do capitalismo devem ser entendidos, enfim, como uma resposta à crise do modelo fordista-keynesiano no início da década de 70. (BAUMGARTEM, 2002; VIZZENTINI, 1998).

A reestruturação econômica pode ser compreendida como envolvendo processos institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, tanto quanto como referente à redefinição do papel dos estados nacionais e das instituições financeiras. É neste contexto, e tendo em vista o objetivo central de atender à lucratividade dos empreendimentos econômicos e financeiros, a tecnologia da informação aparece como fundamental para a garantia deste processo. Para esta visão os primeiros sinais de sinais de enfraquecimento tanto no aspecto organizacional quanto produtivo do modelo fordista explicariam em grande medida as transformações que ocorreriam ao longo das décadas de 80 e 90. (BAURGARTEN, 2002).

Ao tratarem dos processos que compõem a atual conjuntura econômica, Lash e Urry (1987) dão ênfase aos elementos que mudaram na atual configuração econômica como as formas de organização do capital, a reestruturação da tecnologia e as novas funções assumidas pelo Estado. Tais considerações estão presentes nas classificações do tipo capitalismo “organizado” e “desorganizado”, “industrialismo” e “pós-industrialismo”, “produção fordista” e “produção just-in-time”, mas desconsideram, por exemplo, o fato dos aspectos históricos da inovação tecnológica presentes no mínimo desde os idos da Revolução Industrial.

Contrariando as análises que destacam que está ocorrendo uma profunda originalidade da atual conjuntura, Harvey (1989) considera que o atual modelo de “acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo” (p. 164) na medida em que preserva seus elementos essenciais: orientação para o crescimento, a exploração do trabalho vivo e o dinamismo essencial dos aparatos tecnológico e organizacional. Para Harvey (1989) estes autores não percebem os aspectos estruturais do capitalismo que promovem continuidade do próprio sistema e que permitem ser que seja assim denominado.

Cada um ao seu modo, ao analisarem o modo de produção capitalista, Ianni (1992) e Harvey (1989) apontam sua natureza eminentemente contraditória tanto em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. O primeiro aponta que o capitalismo move-se em um eterno processo de integração e expansão na medida em que este processo “em escala mundial implica simultaneamente concentração e centralização do capital, também em escala mundial” (IANNI, 1992, p. 54).

Harvey (1989) acrescenta um outro conjunto de movimentos que revela as contradições desse sistema econômico resultando em uma tensão constante que implica concomitantemente “monopólio e competição, centralização e descentralização de poder econômico” (p. 150).

De acordo com Harvey (1989) a orientação para o crescimento é um dos principais elementos invariantes deste sistema econômico, ao considerar que este sistema econômico “tem de preparar o terreno para a expansão do produto e um crescimento em valores reais.... Pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas... um dos pilares da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom” . (p.166).

A segunda afirmação apresentada pelo autor aponta que o crescimento econômico se apoia na exploração do trabalho vivo no processo produtivo. Sua conclusão é que o controle do trabalho é fundamental para o lucro capitalista, o que tem como consequência que a luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é crucial para o encaminhamento da expansão desse sistema.

Harvey (1899) reitera que o sistema capitalista tem uma natureza tecnológica e organizacional dinâmica e “que isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca do lucro” (p.169), mas ocorre também em virtude das transformações organizacionais e tecnológicas.

A análise de David Harvey (1989) se faz à luz da perspectiva da estrutura produtiva capitalista por meio de seus processos materiais e organizacionais. De acordo com o autor, o processo se deu, sobretudo, no campo material, enquanto os atores e/ou classes sociais parecem estar, de certo modo, ausentes ou passivos diante da reconfiguração econômica. Em sua análise, as classes sociais aparentemente apenas “sofrem” as consequências dos processos e das forças inerentes ao avanço produtivo do capitalismo e de suas contradições.

Na sua opinião a crise de 1973, por exemplo, se inseriu nesse contexto contraditório, na medida em que dinamizou a revolução tecnológica e reorientou o conjunto do sistema e, ao mesmo tempo, possibilitou a constituição e consolidação do modelo de especialização flexível.

Castells (1999) apresenta um argumento de certo modo semelhante ao de Harvey no tocante à continuidade do sistema capitalista. Considera que a organização em redes globais de capital, presente na atual conjuntura, assim como suas novas formas de gerenciamento e de produção, não representam, como alguns apregoam, o fim do capitalismo, mas um novo formato do mesmo sistema.

Destacando os aspectos tecnológicos para o entendimento da atual fase do capitalismo, Castells (1999) considera que as redes constituem o elemento original e inovador da economia global, funcionando como uma espécie de nova fonte de dinamização da economia capitalista. Daí a qualificação deste período como capitalismo informacional. Para o autor é a tecnologia que comanda a ampliação da produtividade e a expansão da globalização.

Para Santos (2001) a globalização deve ser entendida através da “unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais valia globalizada”. (p. 24).

O autor destaca ainda a aceleração da inovação no campo tecnológico-científico como uma das principais marcas dos tempos atuais, mas considera também que este processo é marcado profundamente pela banalização da invenção que resulta no fim prematuro dos equipamentos e em uma sucessão alucinante de tecnologias. Este processo é verificável no segmento das telecomunicações e de informática, onde uma determinada tecnologia é substituída por outra a cada momento, tornando rapidamente obsoleta a anterior. (SANTOS, 1994).

Tavares e Melin (1998) também recusam considerar a globalização – em virtude da dificuldade de precisá-la – enquanto um fenômeno original e novo. Embora não desconsiderem os aspectos políticos, destacam os fatores econômicos e financeiros do processo de globalização. Os autores elaboram uma distinção entre a internacionalização do capital no segmento comercial e este processo no campo produtivo.

Consideram que enquanto a internacionalização do capital nos campos comercial e de crédito se originou juntamente com a expansão do mercantilismo “intra-europeu” e se expandiu rapidamente desde a formação do colonialismo no século XVI, sob a forma produtiva a internacionalização ocorreu apenas após a primeira revolução industrial, com a expansão das empresas inglesas no mundo e a instauração da divisão internacional do trabalho ditada pela Inglaterra, sob o domínio do padrão ouro-libra. A segunda revolução industrial se caracterizou pela intensificação do processo de internacionalização das grandes empresas (TAVARES e MELIN, 1998). Os autores acrescentam ainda que o processo de transnacionalização promovido a partir do pós-guerra ocorreu desvinculado da liberalização comercial.

Ianni (1992) destaca que o capitalismo desde a sua origem tenha um alcance mundial. A despeito das orientações teóricas diferenciadas de quem analisa este sistema econômico, há o consenso de que a história do capitalismo é a “história da mundialização, da globalização do mundo” (p.55). Contudo, o autor considera que este sistema econômico adquiriu novas características, sobretudo, a partir da Segunda Guerra Mundial “quando a emergência de estruturas mundiais de poder, decisão e influência anunciam a redefinição e o declínio do Estado-nação” (p. 23.).

Citando John Élson, Ianni (1992) aponta que a globalização tem como principais características “a internacionalização da produção, a globalização das finanças e seguros comerciais, mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do Sul para o Norte e a competição ambiental que acelera esses processos” (p. 23).

Para Ianni (1992) a globalização remonta aos primórdios do capitalismo, pois a sua essência é internacional, mas considera que foi a partir da Segunda Guerra Mundial que ocorreu a expansão de um amplo processo de mundialização de relações, processos e estruturas de dominação e apropriação onde todos os segmentos das sociedades foram alcançados pelas questões referentes aos processos da globalização.

Ianni (1992) aponta que o mundo passa por uma terceira fase cujo sistema capitalista assumiu uma esfera efetivamente global. Tal processo, embora não tenha eliminado a composição dos sistemas e blocos regionais, nem a formação econômica mundial entre países dominantes e dependentes a instância do Estado-nação, expressou o declínio dos Estados-nações.

Batista (1997) questiona a tão preconizada originalidade ou novidade da globalização, qualificando-a de uma "falsa novidade". Em sua concepção o fenômeno tem um forte componente ideológico e político que se caracteriza, sobretudo, no posicionamento de seus defensores de que não há alternativas à globalização.

Concordando com as teses de Hirst e Thompson (1996), Batista (1997) aponta que em determinados aspectos o quadro atual não é tão original quanto se tem propalado e de certo modo, o presente momento se assemelha ao cenário econômico entre os anos de 1870 e a Primeira Guerra Mundial.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2001) destaca que a globalização representa um momento ímpar do capitalismo e requer o reconhecimento e o uso de dois campos - o técnico e o político - que para serem entendidos exigem o reconhecimento de que estão intrinsecamente entrelaçados. O autor aponta que o processo histórico do capitalismo resulta do avanço tecnológico, mas acrescenta também das ações humanas que decidem e que asseguram um mercado denominado global.

Fernandes (1998) questiona a linha de argumentos dominantes acerca da globalização que asseveram que este fenômeno representaria um novo momento do capitalismo, que na atualidade estaria havendo uma nova transferência do grande capital dos Estados e economias nacionais e que, conseqüentemente, este processo estaria levando a criação e a consolidação de uma cultura mundializada.

O autor destaca que o capitalismo é secularmente internacional desde os seus primórdios, "desde suas primeiras formas comerciais, manufatureiras e bancárias nas cidades do norte da Itália no século 15" (1998, p.15).

Fernandes (1998) acrescenta que historicamente "as economias capitalistas nunca ficaram restritas aos seus respectivos espaços nacionais" (1998, p.16). Por fim, embora assevere que o sistema financeiro represente a "faceta mais avançada do processo de globalização econômica está muito longe de constituir um mercado global único". O autor revela a importância da territorialidade que "continua havendo uma forte (e crescente) correlação entre poupança e investimento doméstico no mundo, o que revela que a "territorialidade" continua sendo um critério fundamental para decisões de investimento" (1998, p. 17).

Reforçando a função da tecnologia na atual conjuntura econômica, Chauí (1999) destaca que a ciência e a tecnologia deixaram de ser apenas um suporte para a acumulação capitalista, e tornaram-se forças produtivas.

Uma questão central acerca da globalização diz respeito às funções exercidas pelos Estados. Neste campo há as abordagens que constatarem a com uma redução do seu papel, enquanto outros encaminhamentos enfatizam que há na realidade redefinição das suas funções.

Para efeitos analíticos é pertinente fazer uma distinção entre Estado e Estados-nacionais porque há uma diferenciação de escala, na medida em que a discussão das funções da primeira instância diz respeito ao seu papel no interior de cada país, enquanto o debate em torno dos Estados-nacionais é referente ao seu papel no âmbito global.

Enfatizando um papel relevante dos Estados nacionais na atual conjuntura, Sassen (1999), destaca que a economia se processa e se materializa dentro e fora dos territórios nacionais; assim, algumas decisões importantes no campo institucional e econômico são tomadas no interior dos Estados nacionais.

Embora Sassen (1998) reconheça a existência de um sistema econômico internacional há muitos séculos, aponta que a presente conjuntura traz novas características, dentre elas a ocorrência de uma redefinição do Estado nos espaços nacionais.

Para Sassen (1998) a denominada economia global é caracterizada pela existência de espaços transnacionais em territórios nacionais. As cidades de Nova York, Tóquio, Londres, São Paulo, Hong Kong, Toronto, Miami, Sidney transformaram-se em 'espaços' transnacionais. Uma das principais características de tais espaços é que passaram a se identificar mais entre si do que com os ambientes econômico regional e nacional imediatos em que estão inseridas.

Tal característica, portanto, é distinta da fase econômica anterior, surgida no pós-guerra, na qual os governos detinham um papel central na regulamentação do comércio, nos investimentos e mercados financeiros.

Contudo, Sassen (1998) alerta que isso não quer dizer que, no cenário da globalização, o lugar tenha perdido sua importância, pois se, de um lado, houve a dispersão das atividades econômicas, por outro lado, "surgiram novas formas de centralização territorial, relativas ao gerenciamento no nível dos altos escalões e ao controle das operações". As ações econômicas e financeiras no mundo globalizado exigem a existências de lugares. Do mesmo modo, a tecnologia da informação requer a existência de uma infraestrutura que "contenha nós estratégicos, como uma hiperconcentração de determinados meios" (SASSEN, 1998, p. 13).

Sassen (1998) utiliza o conceito de economia global para tratar do atual momento e constata que este termo ganhou força tanto nos meios de comunicação como no cenário político mundial; contudo, questiona as visões que associam a nova economia apenas à transferência imediata de recursos financeiros por todo o mundo e pela "economia da informação". Tais abordagens tenderiam a exagerar a dimensão da "neutralização da distância através da telemática", desconsiderando, assim, a importância real do espaço das atividades e da infraestrutura para a ocorrência do fenômeno da globalização.

De acordo com Santos (1994) e Muzio (1999) diante da nova racionalidade baseada na globalização, o Estado tende a ser impotente, pois "tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido para deixar campo livre à ação soberana do mercado" (p.34). Destacam ainda a redução da capacidade econômica do Estado em função da globalização se exemplifica no questionamento da legitimidade do Estado em cobrar os impostos aos indivíduos e às empresas. Esse processo tem resultado na dependência do Estado em relação aos mercados de capitais e na perda da capacidade de agir com autonomia e de legitimidade. Todo este processo de refluxo do Estado vem acompanhado da emergência e engrandecimento das instituições globais como são os casos do OMC, FMI, Banco Mundial, como órgãos reguladores da vida econômica (MUZIO, 1999).

Além da referida característica, Santos (1994) destaca que o novo cenário está pautado na mundialização do espaço, de que é uma das principais expressões da mudança "dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional" (p. 50).

Tavares e Melin (1998) constatam que a globalização tem interferido no grau de autonomia dos Estados nacionais no que diz respeito à formulação de suas políticas. Mas os objetivos dos programas de desregulamentação e de privatização - como demonstra o último relatório da UNCTAD (United on Nations Conference on Trade and Development) não foram reduzir o papel do Estado e redirecionar suas funções para a área social. Na verdade, a privatização ocorreu com a finalidade de beneficiar apenas determinados grupos econômicos, "resultando numa maior concentração monopolista da riqueza, sobretudo financeira". As definições feitas no referido relatório sobre os conceitos de "regressão" e "falência do Estado" ajudam a entender as consequências dessas políticas.

Se partirmos do princípio de que a globalização se revela em um conjunto de políticas que atendem o interesse de um país dominante que passa exercer um papel hegemônico em relação aos demais países, fica claro que todo o avanço da hegemonia dos EUA - avanço da "ordem unipolar" – resulta consequentemente na perda de autonomia da maioria dos Estados nacionais. Consideram, contudo, que o possível "retrocesso ou deficiência do Estado" não deve ser entendido como o desaparecimento das suas funções.

Na realidade, a globalização é caracterizada pela "concorrência predatória e de especulação patrimonialista" tanto entre empresas como entre Estados, que só podem ser controladas através do fortalecimento e de novas formas de proteção econômica e social que continuaram a ser uma importante principal instância decisória na política internacional. A reestruturação legal e a inovação tecnológica favoreceram a formação de um mercado financeiro unificado, porém não necessariamente homogêneo, na medida em que este mercado financeiro é controlado pelas nações mais ricas e, sobretudo, pelos EUA. (TAVARES E MELIN, 1998; BOURDIEU, 1998).

Tavares e Melin (1998) destacam ainda que as relações entre o poder político dos Estados e o desenvolvimento internacional do capitalismo foram sempre conflituosas, mas também e igualmente complementares.

Apontam que carecem de fundamento as abordagens que consideram que a crise da maioria dos Estados periféricos decorre do fato da perda de soberania frente ao poder das empresas multinacionais e do mercado financeiros ou das grandes potências. Na realidade apontam que os Estados nacionais não tiveram retirado a sua capacidade de propor políticas alternativas, mas a globalização redefiniu as suas funções e o seu papel na hierarquia global.

Ianni (1992) constata que a redefinição das funções do Estado vai transformá-lo como mero instrumento de expansão do capital em nível mundial, em prejuízo de sua função original de proteção das economias nacionais.

Corroborando as teses acima, Bourdieu (1998) constata que todo esse processo tem resultando no fato dos estados-nacionais estarem muito mais vulneráveis à especulação financeira, sobretudo, os países que estão sob o domínio de um governo de esquerda.

De acordo com Chauí (1999) a transnacionalização da economia reduziu o papel do Estado nacional e reconfigurou as formas tradicionais de imperialismo, resultando no crescimento do papel dos organismos financeiros como são os casos do FMI e do Banco Mundial, que são principais órgãos defensores das políticas de estabilidade econômica e de corte do déficit público.

Uma das principais caracterizações da globalização é a sua crescente financeirização. Tal consideração está presente nas mais variadas concepções acerca do fenômeno. Os principais autores que defendem este argumento são Harvey (1989), Castells (1999), Chauí (1998), Giddens, Muzio, (1998), Bauman (1996) e Tavares e Melin (1998).

Embora Harvey (1989) enfatize os aspectos estruturais do capitalismo, aponta que em virtude de seus aspectos dinâmicos, este sistema econômico traz à tona aspectos inovadores. Uma das principais novidades da presente conjuntura do modelo econômico capitalista é a sua crescente financeirização.

Castells (1999) também enfatiza que a novidade da atual formação econômica se expressa em uma estrutura global baseada na lógica do tempo real e na ampla presença de uma rede de fluxos financeiros. Este último item – ou seja, a expansão dos mercados financeiros é a marca da conjuntura econômica.

Para Bauman (1996) a globalização é um fenômeno econômico recente caracterizado pela internacionalização dos mercados financeiros, ampliação do comércio entre os países e expansão das empresas transnacionais. Para este autor, o atual momento também é caracterizado pela ampliação da importância dos agentes econômicos individuais e de suas decisões, em detrimento das ações do Estado, sobretudo, no que diz respeito aos investimentos a serem aplicados (SCHERER, 1997).

Giddens (1998) também constata que há uma mudança extremamente importante na atual conjuntura que é a ampliação do papel dos mercados financeiros, que operam cada vez mais em tempo real.

Mais de um trilhão de dólares por dia são girados em transações de câmbio monetário. A proporção das trocas financeiras em relação ao comércio cresceu por um fator de cinco ao longo dos últimos quinze anos. O "capital desconexo" – dinheiro institucionalmente administrado – aumentou em 1.100% numa escala mundial desde 1970 em proporção com outras formas de capital (p. 40)

Para Tavares e Melin (1998) a conjugação entre a globalização financeira e a transnacionalização produtiva é uma tendência recente que ganhou força a partir das políticas de desregulamentação cambial, não podendo ser atribuída a uma suposta expansão natural do mercado.

Do ponto de vista da operação dos mercados, o presente modelo implica que todas as decisões relevantes que se referem à alocação do investimento direto estrangeiro sejam tomadas por um pequeno número de empresas e bancos multinacionais. Os autores destacam ainda que o único papel deixado aos governos dos países periféricos foi o de tornarem-se receptores de capitais especulativos de padrões de consumo e culturas globais, consumidores de tecnologia que não controlam e nem tampouco produzem.

Para os autores, a nova ordem global tem garantido aos EUA uma série de vantagens, sobretudo através dos programas de desregulamentação do mercado. Acrescentam que todo processo de predomínio dos EUA na economia mundial decorreu não só do peso que a moeda norte-americana adquiriu nos últimos anos, mas também do seu poderio militar.

Sassen (1998) enfatiza que, na atual conjuntura global, as empresas multinacionais e os mercados financeiros ganharam um novo status.

(...) as corporações multinacionais tornaram-se ainda mais fundamentais para a organização mundial da economia, e os novos mercados globais ou aqueles que muito expandiram constituem, na atualidade, um elemento importante do quadro institucional... Os mercados financeiros globais também despontaram como outra instituição fundamental para a organização da economia mundial. O papel essencial dos mercados nas finanças internacionais, um componente-chave da economia mundial na atualidade, foi em parte suscitado pela chamada crise bancária do Terceiro Mundo, declarada formalmente em 1982 (SASSEN, 1998, p. 32).

Chauí (1999) também corrobora que uma das principais características da presente conjuntura é o crescimento do papel do capital financeiro. Essa característica, segundo Chauí, se revela de maneira concreta na medida em que revela que "em um dia, a bolsa de valores de NY ou de Londres é capaz de negociar montantes de dinheiros equivalentes ao PIB anual do Brasil ou da Argentina" (p. 30).

Os organismos multilaterais também têm buscado construir uma teorização acerca da globalização e as questões econômicas e financeiras são constantemente utilizadas para a categorização do fenômeno.

De acordo com o Banco Mundial (2003) a globalização se traduz pela "crescente integração entre economias e sociedades em todo o mundo" e envolve aspectos ligados às comunicações, transportes, economia, finanças, cultura, meio ambiente e remete a uma discussão acerca da pobreza/desigualdade. Em tese apontam que a "globalização reduz a pobreza", isso parece significar que o desenvolvimento econômico como o fato principal para redução da desigualdade social.

Na realidade, as considerações do Banco Mundial (2003) são amplamente favoráveis aos movimentos da globalização. Por exemplo, tais observações podem ser vistas quando esta agência multilateral busca defender a tese que os países em desenvolvimento devem ampliar o acesso aos mercados dos países ricos. Para isso destacam que estes últimos devem reduzir os níveis de protecionismo de suas economias. Consideram igualmente que a globalização em princípio pode ser um fator de redução de desigualdade econômica e social entre as nações.

GLOBALIZAÇÃO: IDEOLOGIA, SOCIEDADE E CULTURA

Chesnais (1996) aponta que o conceito de globalização teve origem no início da década de 80, nas faculdades de Administração de Empresas dos EUA (Harvard, Columbia e Stanford). Este conceito foi igualmente popularizado para o âmbito mundial através dos processos midiáticos presentes na imprensa financeira anglo-saxã. Um dos principais discursos presentes tem sido justamente apresentar o mundo globalizado como sendo “sem fronteiras” e as empresas “sem nacionalidades” (SCHERER, 1997, p. 115).

Destacando os aspectos eminentemente políticos, Ignácio Ramonet (1998) a globalização constitui uma nova fase histórica iniciada com a queda do Muro de Berlim em 1989 e do fim da URSS em 1991. Este processo tem interferido em conceitos-chaves que haviam se constituído com o Iluminismo como as idéias de Estado-nação, soberania e cidadania.

Numa tentativa de sistematizar e classificar o conceito de globalização, Fernandes (1998) aponta que embora as análises acerca da formação do sistema capitalista já incorporassem a perspectiva global desde o final do século XVII e estavam presentes nas abordagens de Karl Marx e Adam Smith, aponta também que o termo é relativamente recente.

Giddens (1998) além da consideração que palavra globalização é relativamente nova aponta que o tema é polêmico e controverso, resultando em pelo menos duas concepções – uma contrária e outra francamente favorável - acerca do fenômeno.

A visão positiva da globalização – de acordo com o autor - está presente nos argumentos de autores como Kenichi Ohmae que aponta que “vivemos agora num mundo sem fronteiras, em que o Estado-nação se tornou uma ‘ficção’ e em que os políticos perderam todo o seu poder efetivo” (GIDDENS, 1998, p. 39).

Giddens (1998) cita Paul Hirst e Graham Thompson como representantes dos que questionam as abordagens que enfatizam o que seria a originalidade da globalização como um processo que tende à dissolução das “culturas, economias e fronteiras nacionais” (p.13).

O referido autor não concorda com as considerações de Hirst e Thompson quando apontam que maior parte do comércio continua regional, como por exemplo, os países da União Européia comerciam basicamente entre si mesmos. Para os autores, o avanço do comércio dentro de diferentes blocos econômicos e entre eles levou à sociedade atual de volta ao final do século XIX quando o mundo vivia sob a égide de uma economia liberalizada.

O sociólogo inglês também questiona tais abordagens, ao considerar que as economias nacionais eram mais fechadas há 50 anos. Sendo a globalização, portanto, uma realidade concreta e efetiva e não apenas algo abstrato pertencente apenas ao plano das idéias.

Boaventura Santos (2002) acrescenta, contudo, que a globalização é um conceito que apresenta dificuldades em sua própria definição, pois “estamos perante processos de mudança altamente contraditórios e desiguais, variáveis na sua intensidade e até na sua direção” (p. 11).

O sociólogo português aponta que os primeiros pensadores a identificar o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho calcada na globalização da produção foram Froebel, Heinrichs e Kreye (1980), segundo os quais as principais características deste sistema seriam as seguintes:

Economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências multilaterais... (p. 29)

De acordo com o autor, dos referidos fatos estaria emergindo no presente momento três espécies transnacionais de capitalismo. A primeira seria a norte-americana, que englobaria Canadá e América Latina; a japonesa que estaria associada aos chamados Tigres Asiáticos e, por fim, a européia, tendo como base a União Européia e as relações desta com o Leste Europeu e com o norte da África (BOAVENTURA, SANTOS, 2002).

Destacando os planos políticos e ideológicos, Ferrer (1997) ao analisar o fenômeno da globalização, revela uma série de assertivas “enganosas” em determinados argumentos que estão presentes tanto no ambiente político decisório quanto no cenário acadêmico. As principais teses são as que apontam que a globalização é um fenômeno que não tem precedentes históricos, resultando na perda estratégica do espaço nacional e que a completa desregulamentação dos mercados é o único modelo possível, pois a mão invisível do mercado garante o bem-estar, distribuindo equitativamente os resultados do avanço tecnológico. Para o autor a globalização ocorre há pelo menos cinco séculos, o Estado-Nação é ainda uma instância relevante para a economia mundial e o mercado está ampliando os níveis de desigualdade.

No campo ideológico, tais visões são reforçadas pelo sistema informação, que enfatizam a tendência do mundo se constituir em uma aldeia global através do tempo e do espaço contraídos, possibilitando, assim, uma pretensa homogeneização e a uniformidade dos valores e práticas sociais (SANTOS, 2001; BOAVENTURA, 2002, RAMONET, 1998).

Santos (2001) destaca, contudo, que a ideologia globalizadora tem seus efeitos perversos, ao ampliar os níveis de desigualdade, sobretudo, em virtude da expansão dos processos competitivos. O autor aponta que para fazer frente à globalização como fábula ou a globalização perversa, as sociedades devem buscar de uma globalização “mais humana”. (SANTOS, 2001).

Santos (2001) também constata uma determinada originalidade positiva na presente conjuntura, possibilitando “a emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de raças, culturas gostos em todos os continentes... um outro... é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores” (p. 20), resultando em uma “verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a biodiversidade” (p. 21).

As abordagens de Featherstone (1994) e de Robertson (1994) se incluem nos estudos que vão enfatizar os efeitos culturais da globalização. O primeiro autor destaca que a globalização tende a incrementar de modo cada vez mais rápido um processo de uniformização e difusão de hábitos e convenções e informação. Apresenta como exemplos as competições esportivas e a generalização de conceitos padronizados de cidadania em nível mundial. Todo este processo resultaria no que se pode denominar de cultura global (SCHERER, 1997).

Consideração semelhante apresenta Robertson ao apontar que culturalmente a sociedade atual estaria mais unificada do que há meio século, embora não concorde que se possa denominar a atual realidade de global, pois a “união não se confunde com a integração simples das partes” (SCHERER, 1997, p. 114). Por esta perspectiva, a globalização caminha com dois processos concomitantes, produz de um lado a homogeneização e, de outro, a diversidade (BOAVENTURA SANTOS, 2001).

Enquanto Ramonet (1998) enfatiza o fato de que a globalização tende, sobretudo, a homogeneizar culturalmente o mundo através da grande mídia, da televisão e da publicidade norte-americana, acelerando, assim, a cultura de massa.

Embora não desconsidere a dimensão econômico-financeira, Boaventura Santos (2002) busca uma definição mais próxima dos âmbitos sociais, políticos e culturais, pois considera que aquilo que se define por globalização é um conjunto diferenciado de relações sociais, sendo, portanto, mais coerente falar em diversos tipos de globalização e não encará-la como um fenômeno único e monolítico.

Para Boaventura Santos (2002), esta definição acerca da globalização gera algumas implicações bastante específicas, entre elas a dinâmica global-local. De um lado não considera que “existe uma globalização genuína”, e por outro que este processo pressupõe em termos analíticos, na realidade, a localização.

Boaventura Santos (2002) exemplifica este processo através da disseminação do inglês como língua global que resultou na “localização” de outras línguas potencialmente globais, como foi o caso do francês. Tudo isso significou que considerar a identificação da globalização requer que sejam reconhecidos também os processos de realocização.

O referido sociólogo considera pertinente distinguir a globalização de cima-para-baixo e/ou hegemônica e globalização de baixo-para-cima e/ou contra-hegemônica. O localismo globalizado e globalismo localizado referem-se à globalização hegemônica; enquanto o cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade são globalizações de baixo-para-cima.

Boaventura Santos (2002) percebe a globalização como um fenômeno aliado do neoliberalismo, sendo este último entendido como uma ideologia delineada pelo discurso neoliberal. Os três princípios básicos são a minimização das ações do estado na economia, a criação dos novos direitos de propriedade e a subordinação das economias nacionais aos interesses do Banco Mundial, FMI e OMC.

Seguindo uma determinada corrente analítica, Boaventura Santos (2002), desfecha um questionamento acerca das abordagens que apontam a globalização “como um fenômeno linear, monolítico e inequívoco” obscurecendo, mais do que esclarecendo o funcionamento deste sistema. Tais abordagens apontam que não há alternativas à globalização e tendem a perceber o fenômeno como tendo um forte impacto integralizador e homogeneizador do mundo.

Por fim, Boaventura Santos (2002) sustenta que ambas teses vêm perdendo credibilidade em virtude da ampliação dos questionamentos sociais e políticos acerca dos efeitos globalização e dos conflitos que decorrem desse processo.

Fiori (2001) vai apontar que a partir de 1994 se começou a denominar de “nova economia” uma espécie de uma realidade que se dizia nova e original. Em 1995, os países ricos oficializaram esta nova economia por meio da noção de “sociedade global da informação”. Esta ideia incluía o relacionamento das empresas via Internet e todo o aparato associado à informática e às telecomunicações. Para os adeptos dessa concepção a nova economia não reduziria a lucratividade e a possibilidades de novos negócios teria uma expansão sem fim.

O autor acrescenta que estas considerações são apenas parcialmente verdadeiras. De um lado, afirma não se pode negar, por exemplo, que as novas tecnologias tem garantido economias de escala crescentes e aumentos contínuos da produtividade; mas, por outro esse processo ocorreu também em outros contextos históricos como foram os casos do advento de outras tecnologias como foram os casos do telégrafo, radio, telefone e TV. Acrescenta, ainda, que a Internet só pode ser virtual na medida em que se tenha a mercadoria.

Para Bourdieu (1998) os chamados processos de globalização devem estar associados à ascensão do ordenamento neoliberal. Este processo veio acompanhado de um componente ideológico extremamente forte e muito resistente a críticas e questionamentos.

Na opinião do autor, ao contrário do que se tem propalado, a globalização não representaria a homegeneização do mundo, mas a expansão do domínio de determinados países sobre as demais economias nacionais. Tal processo tem tido como consequência uma reconfiguração parcial da divisão do trabalho internacional, afetando não só os países do Terceiro mundo, mas também os trabalhadores europeus através da transferência de capitais e empresas para os países de mão de obra barata. Esse mercado global tende a diminuir o grau de autonomia dos mercados do capital nacional e a reduzir o poder decisório dos Estados nacionais no que diz respeito tanto às taxas de câmbio quanto aos juros (BOURDIEU, 1998; FIORI, 2001).

Reforçando os aspectos políticos e ideológicos, Bourdieu (2001) e Fiori (2001) apontam que a globalização não é nem um puro resultado da evolução técnica ou nem da evolução natural da economia, mas o resultado de uma política implementada por uma série de agentes, instituições e organizações cujo principal objetivo tem sido a liberalização do comércio e o fim de todas as regulações nacionais que barram os investimentos empresariais (p. 101).

O denominado 'mercado mundial' – tal como havia sido o mercado nacional - é o resultado de uma política mais ou menos conscientemente acordada, cujo intuito é criar “as condições da dominação confrontando brutalmente agentes e empresas até então encerrados nos limites nacionais com a concorrência de forças produtivas e modos de produção mais eficientes e poderosos” (BOURDIEU, 2001, p.101).

Na realidade, embora Bourdieu (2000) não despreze os reais movimentos econômicos que permitem identificar uma nova faceta do sistema capitalista, a globalização tem em si um forte componente ideológico e doutrinário. Destaca que a categoria pertence a um conjunto de outras tantas, tais como flexibilidade, governabilidade, empregabilidade e exclusão. Estas categorias têm substituído outras tantas como classe, capitalismo, exploração, dominação e desigualdade. Para Bourdieu (2000) esse processo é produto de uma espécie de imperialismo simbólico.

Corroborando ainda as teses que apontam a globalização como tendo um forte componente ideológico, Bourdieu (2000) considera que esta não se traduz em uma nova fase do capitalismo, mas “uma retórica invocada pelos governos para justificar sua submissão voluntária aos mercados financeiros”. Nesse sentido, para o autor a desindustrialização e a ampliação das desigualdades sociais não são resultado do “crescimento das trocas externas”, mas, sim, consequências de efetivas decisões internas por parte das classes dominantes da cada país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização quer entendida enquanto um fundamento fortemente ideológico ou como um processo real e econômico tem sido debatida entre as mais diversas matrizes teóricas e nos mais variados campos acadêmicos.

O debate acerca da globalização, além da discussão acerca de uma possível originalidade do processo, vem permeado por outro conjunto de questões que envolvem desde a força motriz do fenômeno – se tecnológica ou ideológica – até as discussões acerca das suas principais características e influências que dizem respeito ao papel dos Estados, à financeirização do capitalismo e aos seus reflexos sociais e culturais.

Como foi visto no presente estudo, na realidade, o conceito de globalização é bastante complexo e de difícil sistematização. Existe um permanente conflito entre, de um lado, as abordagens que apontam o fenômeno como um mito, isto é, como se constituindo enquanto ideologia e, de outro, as que priorizam analiticamente o processo real e efetivo de transformações nas esferas produtiva e tecnológica. Em favor desta última perspectiva há os que consideram a globalização, um momento de continuidade da modernidade, enquanto outros para os quais os traços originais são tanto e tão relevantes que, se teria, inaugurado um novo período histórico que irão denominar de pós-modernidade.

Outra razão que explica a dificuldade do debate, acerca da globalização é o fato de ser um termo que está presente tanto no campo social mais amplo, como nas estritas esferas acadêmicas, ao mesmo tempo em que, em função dos embates políticos, assume uma conotação ora positiva, ora negativa.

Em um sentido amplo, os autores que foram apresentados ao longo do texto consideram que o referido fenômeno deve ser compreendido em seus aspectos econômicos, tecnológicos, culturais e políticos-ideológicos, comportando, portanto, uma diversidade de nuances e de interfaces.

Sobre as abordagens que enfatizam os efeitos culturais da globalização podem ser destacados os estudos acerca das consequências que a globalização teria na constituição e promoção de uma cultura considerada global; enquanto outras abordagens reconhecem que no campo cultural existe todo um conjunto de ações que sinalizam uma tendência à “localização” e a supremacia dos efeitos regionais.

As análises que privilegiam os fundamentos políticos e ideológicos tendem a associar o processo de globalização ao ideário neoliberal. Os autores destacam que o fenômeno comporta todo um conjunto de ideias e saberes que foram produzidos nos meios acadêmicos, empresariais e midiáticos como legitimadores para consolidação do modelo neoliberal.

As abordagens de Pierre Bourdieu e de Boaventura Santos parecem representar bastante tal perspectiva na medida em que consideram que a globalização não é nem resultado exclusivo da inovação tecnológica, nem responde a uma evolução natural da economia, resultando, antes de qualquer coisa, de políticas implementadas por determinados agentes e instituições cujos objetivos centrais são a liberalização do comércio, a decomposição do Estado republicano, o desmonte dos direitos sociais e do trabalho e a homogeneização dos espaços econômico-culturais.

Alguns consensos parecem emergir da investigação da literatura em torno do tema em questão. De um lado, a ideia de que uma das características centrais do mundo globalizado é o intenso processo de financeirização do capitalismo. Outra convergência importante é a de que, sobretudo para efeito de análise o fenômeno da globalização não pode ser visto como que dissociando os aspectos ideológicos e políticos dos campos tecnológicos ou econômicos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In Boron, Atílio e Sader, Emir. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da “globalização”. In Estudos Avançados. São Paulo, v. 12, nº 32, 1998.

BAURGARTEM, Maíra. Reestruturação Produtiva e Industrial. In Cattani, David A. Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4.ed. Petrópolis : Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Contra-fogos: táticas para conter a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. Contra-fogos 2: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Jornal Em tempo, 2000. (s/d)

_____. O poder simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In Fiori, José Luís. Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTELLS, Manuel. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e nova divisão espacial do trabalho. Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano VI, n. 17, NERU, São Paulo, 1986.

_____. A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura v.1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Célia. Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: Vozes, Brasília: NEDIC, 1999.

CHESSAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

FEARTHESTONE Mike. Cultura global: introdução. Feathestone, Mike. Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 7-21.

FEARTHESTONE, Mike. Localismo, globalismo e identidade cultural. Sociedade e Estado, Brasília, Volume XI, nº 1, p. 9-42, janeiro-julho, 1996.

FERRER, Aldo. Development and underdevelopment in a globalized world: Latin American dilemmas / Aldo Ferrer. - p. 178-185. In: Economic and social development into the XXI Century / Ed. by Louis Emmerij. - (Washington: Inter-American Development Bank, 1997).

FIORI, José Luís. Em busca do dissenso perdido. Ensaios críticos sobre a festejada crítica. Rio de Janeiro: Insigth Editora1, 1995.

FIORI, José Luís (org). Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. 60 Lições dos 90: Uma Década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record. 2000

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1993.

_____.A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HARVEY, David, Condição Pós-Moderna, Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

_____. Los limites del capitalismo y la teoria marxista. México, Fondo de Cultura Econômica, 1990.

IANNI, Octávio. A Sociedade Global, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. Teorias da globalização, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de Oliveira. América Latina: legado sócioespacial e globalização. In HAESBAERT, Rogério: Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói: EDUFF, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re (li) gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre a mundialização e a questão nacional. Sociedade e Estado, vol. XI, nº 1, p. 43-56, janeiro-junho, 1996.

PAULANI, Leda. Modernidade e discurso econômico. São Paulo: Boitempo, 2005.

PEREIRA FILHO, José Eduardo. A Reforma do Estado e política de telecomunicações: o impacto das mudanças recentes sobre a EMBRATEL. Dissertação de mestrado em Ciência Política. UFF/PPGACP, Niterói, 1997.

RAMONET, Ignácio. O pensamento único e os regimes globalitários. In Fiori, José Luís et all. Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

ROBERTSON, Roland. Mapeamento da condição global. In Feathestone, Mike. Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, Boaventura Sousa (org), A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: entre o entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Célia. Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: Vozes, Brasília: NEDIC, 1999.

_____. Pelas mãos de Alice: o social e a política na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec 1994.

_____. e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Teotônio dos. Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida. SP: Idéias & Letras, 2004.

SASSEN, Saskia. Território e territorialidade na economia global. In Barroso, João Rodrigues, Globalização e Identidade Nacional. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

_____. The global city: New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

TAVARES, Maria Conceição e FIORI, José Luís (orgs). Desajuste global e modernização conservadora. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TAVARES Maria Conceição e MELIN Luiz Eduardo. Mitos globais e fatos regionais: a nova desordem internacional. In Fiori, José Luis et al. Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998.

VIZENTINI, PAULO G. F. A "globalização" e os impasses do neoliberalismo. In Carrion, Raul K. M., Vizentini, G. F. Paulo (orgs). Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo? Porto Alegre: editora Universidade/ UFRGS, 1998.

DOCUMENTOS

BANCO MUNDIAL, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1998/1999. Ciência e Tecnologia, Cap. 4.

BANCO MUNDIAL, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1994. Infra-estrutura para o Desenvolvimento, 1994.

BANCO MUNDIAL, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1996. Do plano ao Mercado. Washington, 1996.

BANCO MUNDIAL, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997, O Estado num mundo em transformação, Washington, 1997.

WORLD BANK, Annual Conference on Development Economics, 1993.



www.saojose.br | (21) 3107-8600
Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro